



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA: UMA AVALIAÇÃO BASEADA EM INDICADORES SOCIAIS DE BEM VIVER NOS MUNICÍPIOS DE BARCARENA E ABAETETUBA (PA).

BIANCA RODRIGUES DA SILVA ¹

MILENA MOIA PIMENTEL ²

KATE TITAN DIAS PEREIRA ³

RESUMO

Objetiva-se refletir criticamente mediante indicadores sociais de bem viver acerca de impactos socioambientais perpetrados em territórios tradicionais de Barcarena e Abaetetuba (PA), em decorrência de projetos desenvolvimentistas implantados na Amazônia. Realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e visita de campo. Conclui-se que este indicador é foco de resistência à expropriação na região.

Palavras-chave: Impactos socioambientais. Projetos desenvolvimentistas. Indicadores sociais de bem viver. Barcarena. Abaetetuba.

ABSTRACT

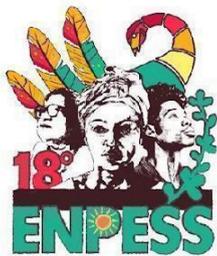
The aim is to critically reflect on through social indicators of good living the socio-environmental impacts perpetrated on traditional territories in Barcarena and Abaetetuba (PA), as a result of development projects implemented in the Amazon. Bibliographical and documentary research and a field visit were carried out. It was found that this indicator is a focus of resistance to expropriation in the region.

Keywords: Socio-environmental impacts. Development projects. Social indicators of good living. Barcarena. Abaetetuba.

¹ Universidade Federal do Pará

² Universidade Federal do Pará

³ Universidade Federal do Pará



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

A Amazônia assume historicamente papel estratégico na reprodução do modo de produção capitalista pela apropriação privada da terra, cujos entraves oriundos da necessidade permanente de circulação de produtos numa escala global têm gerado impactos socioambientais que incidem nas condições sociais, políticas, econômicas e culturais de municípios amazônidas, sobretudo no que se refere a povos e comunidades tradicionais, por utilizarem “territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica” (Decreto 6.040 – Brasil, 2007). Tal realidade espraia-se aos municípios de Barcarena e Abaetetuba, pertencentes à microrregião do Baixo Tocantins¹ no Estado do Pará, com especial atenção ao quilombo Gibrié de São Lourenço e ao Território Tradicional Acuí, localizados em Barcarena, e aos quilombos Itacuruçá e Bom Remédio, em Abaetetuba, delimitados como lócus de pesquisa.

Com 1.310,388 km² de área territorial, o município de Barcarena possui 126.650 habitantes, sendo 5.438 quilombolas e 292 indígenas (IBGE, 2022), além de diversas comunidades ribeirinhas que não são quantificadas de forma específica pelo poder público. Desde o final do século XX, o município vivencia um processo de industrialização massivo advindo da instalação de grandes projetos voltados à economia de enclave, destacado mormente na construção do complexo industrial, portuário e urbanístico Albras/Alunorte que abriu espaço para o apagamento e violência contínua à povos e comunidades tradicionais.

O município vizinho, Abaetetuba, dispõe de área territorial de 1.610,654 km² e sua população é de 158.188 habitantes (IBGE, 2022), há a identificação de muitas comunidades ribeirinhas, mas não há mais o reconhecimento de etnias indígenas e os 16 quilombos existentes foram titulados somente a partir de 2002 (Silva, 2021). As violações impostas se expressam primeiramente com os rebatimentos da anexação capitalista em outros municípios, como Barcarena, Tailândia e Acará (Ranieri, 2016; Silva, 2021). Mas atualmente se destacam as ameaças de construção dos Terminais de Uso Privado (TUP) da multinacional Cargill² dentro do município e da Louis Dreyfus Company S.A.³ no município de Ponta de Pedras.

¹A microrregião do Baixo Tocantins ocupa 31.989km² da região nordeste do Estado do Pará e é composta pelos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Acará, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

² Segunda maior empresa de capital privado do mundo, em 2018 a multinacional norte-americana apresentou o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para anexação de um Terminal de Uso Privado na Ilha do Urubuêua, localizada dentro do município de Abaetetuba.

³ A multinacional francesa apresentou no ano de 2020 o EIA/RIMA para anexação de um Terminal de Uso Privado na enseada do Malato, região próxima à fronteira com Abaetetuba.

Barcarena e Abaetetuba se afetam mutuamente por possuírem apenas 34 km de distância e se ligarem por estradas e rios, vide o despejo de rejeitos tóxicos por parte da mineradora norueguesa Hydro Alunorte no ano de 2018 no rio Murucupi, em Barcarena, a respeito do qual fora comprovado por relatório do Instituto Evandro Chagas⁴ que a contaminação atingiu comunidades que vivem às margens de 05 rios e 02 igarapés de Barcarena e Abaetetuba, pois os rejeitos continham arsênio, chumbo, mercúrio, cobalto, alumínio e cobre em níveis acima dos aceitáveis à saúde humana.

Portanto, destaca-se que os eixos de produção de valor e superexploração no padrão mundial capitalista herdaram estruturas assentadas na destruição simbólico-cultural dos diversos povos massacrados durante o período colonial (Quijano, 2005). Nesta lógica, povos e comunidades tradicionais vivem em luta constante para visibilizar a riqueza que está imbricada na sociobiodiversidade territorial, o que nas últimas décadas se estende em grande medida a mensuração da realidade obtida por meio de indicadores sociais, considerando-se que possibilitam “medir, operacionalizar ou quantificar um conceito social abstrato” (Jannuzzi, 2007, p.25), o tornando visível ao restante da população.

Contudo, esse processo tem sido permanentemente permeado pela violência a essas populações nos dois municípios, como se ressalta nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano aprovados em 2016, os quais utilizam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁵ para justificar que territórios tradicionais fossem transformados em zonas de expansão industrial sem o consentimento da população, de modo que a “consolidação de Barcarena como polo industrial regional” (Barcarena, 2016, p.16) é amplamente estimulada e projetos desenvolvimentistas em Abaetetuba são vistos como única forma de promover a “melhoria da qualidade de vida dos habitantes” (Abaetetuba, 2016, p.1).

Isto posto, há a necessidade de utilizar indicadores sociais que surgem da concepção de bem viver, própria de territórios tradicionais latino-americanos, para discutir impactos socioambientais. A matriz de indicadores de bem viver fora proposta por Alcântara e Sampaio (2020) e visualiza o território como lócus de contradições e disputas que materializa a questão social, tendo como ponto de partida quem é distanciado de necessidades sociais básicas. Assim,

⁴ Ver mais em: “Avaliação preliminar dos Impactos Ambientais referente ao transbordo e lançamentos irregulares de lama vermelha na cidade de Barcarena, Estado do Pará”.

⁵ O IDH-M mensura a realidade socioeconômica nas sedes municipais pelas dimensões longevidade, educação e renda, com indicação de 0 a 1 do pior para o melhor. O IDH-M de Barcarena é de 0,662 e o de Abaetetuba é de 0,628 (IBGE, 2010), ambos considerados médios.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o presente trabalho objetiva refletir criticamente mediante indicadores sociais de bem viver acerca de impactos socioambientais perpetrados em territórios tradicionais de Barcarena e Abaetetuba, em decorrência de projetos desenvolvimentistas implantados na Amazônia.

A matriz apresentada por Alcântara e Sampaio (2020) fora reorganizada pelo Grupo de Estudos Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA) no ano de 2022 para realização desta pesquisa⁶. Para tal, definiram-se as Supradimensões Social e Integral, a primeira engloba as dimensões específicas relativas às seguintes dimensões específicas: 1) Fatores produtivos; 2) Participação; 3) Família; 4) Segurança; 5) Educação e 6) Saúde. A segunda Supradimensão aborda as dimensões específicas referentes a: 1) Território; 2) Natureza e 3) Pertencimento.

A operacionalização da matriz se deu por meio de Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada⁷ e levantamento bibliográfico de produções elaboradas junto ou sobre povos e comunidades tradicionais, com enfoque naqueles que tivessem Protocolos de Consulta publicados e maior disponibilidade de produções, o que levou a definição de Gibrié de São Lourenço, Acuí, Itacuruçá e Bom Remédio como territórios foco de pesquisa. Realizou-se também visita de campo durante o Encontro da Frente de Defesa dos Territórios⁸, que aconteceu em Abaetetuba nos dias 23, 24 e 25 de junho de 2023 e no qual estavam presentes lideranças dos quatro territórios.

1. BREVE PANORAMA DA REGIÃO AMAZÔNICA: PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS EM OPOSIÇÃO AO BEM VIVER

Atualmente prioridade na agenda de debates mundiais, a considerar o aprofundamento da crise ambiental e, por conseguinte, da crise climática, deflagradas pela exploração desenfreada de recursos naturais para a produção de mercadorias no sistema mundial capitalista, a Amazônia e suas populações estão sob ameaças cada vez maiores, haja vista que o Estado, imerso na falácia desenvolvimentista, tende a priorizar o grande capital em detrimento dos direitos duramente

⁶ Esta pesquisa integra o projeto de pesquisa “Os efeitos da destinação de terras na produção das desigualdades sociais na Amazônia”, aprovado na chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018 – Universal/Faixa A e no Comitê de Ética – CEP, Parecer nº 4.003.742.

⁷ Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada asseguram a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (1989), ratificada pelo Brasil via Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, que reafirma a obrigação dos governos em reconhecer e proteger os valores e práticas sociais de comunidades tradicionais.

⁸ A Frente de Defesa dos Territórios surgiu no ano de 2017 como tentativa de articulação e mobilização popular contra o avanço da lógica de desenvolvimento na região do Baixo Tocantins, nela estão envolvidos diversos territórios tradicionais, movimentos sociais, grupos de pesquisa, Ongs, dentre outras instituições.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conquistados pela população local, sobretudo pelos povos e comunidades tradicionais. Evidencia-se, portanto, que “[...] a Amazônia brasileira se torna área de expansão de mercado, cujos interesses promovem alianças e disputas de diversos setores econômicos” (Castro, 2012).

A orientação desenvolvimentista, repassada adiante com discurso pós segunda guerra mundial do então presidente dos Estados Unidos Harry Truman em 1949, dividiu os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos, os subdesenvolvidos deveriam correr pelo suposto combate à pobreza e alcançar o desenvolvimento (Dourado, 2019). Fialho Nascimento *et al.* (2015) ressalta que essas estratégias político-econômicas vincularam a América latina ao mercado mundial envolta no mesmo repertório de expropriação da colonização, de maneira a oferecer investimentos estatais e favorecimentos fiscais para grandes empresas. Isto é:

[...] a política desenvolvimentista adotada priorizou a exploração de recursos naturais - especialmente a partir da ditadura militar - com a implantação, na década de 1970, de grandes empreendimentos econômicos. O privilegiamento dos espaços que oferecem rentabilidade máxima para a acumulação capitalista, também explica este novo momento da acumulação capitalista no Brasil e mais especialmente na Amazônia [...] (Fialho Nascimento, 2015, p.90).

Logo, a região amazônica é mistificada como “[...] possessão maravilhosa, marcada pela abundância de riquezas naturais, disponibilidade de terra a ser habitada e um vazio demográfico” (Nahum, 2019, p. 29) que tem por horizonte apenas beneficiar o mercado global, destacando-se o não reconhecimento das populações locais e das particularidades regionais. Neste contexto, os projetos desenvolvimentistas pensados, sejam históricos e/ou recentes, são orientados unicamente para exploração da natureza e, conseqüentemente, humana.

De modo geral, a implantação de grandes empreendimentos desenvolvimentistas na porção brasileira da Amazônia tem impactado numa intensa reconfiguração econômica, ambiental e social da região, tendo por representação máxima desse processo as afetações e, por consequência, a desterritorialização a que são submetidas as populações locais. Estes empreendimentos, substancialmente os minero-metalúrgicos, rodovias estaduais e federais, usinas hidrelétricas e projetos agroexportadores, como a monocultura de soja e dendê, resultam na perda diária das condições materiais de existência de quem de fato a conforma enquanto região altamente sociobiodiversa (Porto-Gonçalves, 2017).

Em contraposição, povos e comunidades tradicionais têm reafirmado seus direitos fundamentais pela concepção de bem viver, a qual é inspirada nas cosmologias *sumak kawsay* (kíchwa), *suma qamaña* (aymara) e *nhandereko* (guarani), também nomeado como *Buen Vivir* ou *Vivir Bien* propõe uma “[...] existência social diferente da imposta pela Colonialidade do Poder”



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(Quijano, 2013, p. 46) capitalista ao integrar uma “[...] oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida” (Acosta, 2016, p. 23), reconhecendo as múltiplas sociabilidades de populações tradicionais na América Latina (Krenak, 2019).

Cunha e Sousa (2023), ao analisarem a produção acadêmica brasileira acerca do bem viver nos últimos quatro anos, demonstram que há uma predominância de adesão à concepção kichwa-equatoriana de *Sumak Kawsay*, que se divide em duas dimensões fundamentais: Territorial e ética. Na dimensão territorial define-se que o bem viver só ocorre em territórios onde há elementos materiais e espirituais. Em complemento, a dimensão ética envolve valores como “harmonia doméstica (*mikuna*, *upina* e *huarmita yukuna*), solidariedade ou compaixão (*llakina*), ajuda (*yanapana*), generosidade (*kuna*), a reciprocidade (*kunakuna*), o conselho (*kamachi*) e a escuta (*uyana*)” (Cunha; Sousa, 2023, p.325).

Desta forma, o bem viver se contrapõe veementemente a dominação capitalista, a qual se apoia na opressão de classe, raça/etnia e gênero. Ou seja, trata-se de uma formulação ancestral cunhada pelas resistências indígenas e incorporada por outras comunidades tradicionais para agregar na resistência ao capital, que continua deslegitimar as experiências humanas em diferenciações genéricas (desenvolvido-subdesenvolvido, avançado-atrasado, civilizado-selvagem, centro-periferia, homem-natureza).

Por sua incidência sociopolítica, a concepção de bem viver fora institucionalizada nas constituições federais do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Contudo, esse relevante avanço esteve acompanhado por um entendimento simplista e falseado do que significa o bem viver, inclusive o fazendo ser mencionado em instituições abertamente capitalistas, conformando-o como “um espaço de controvérsia e diálogo, no qual não há verdade absoluta, mas múltiplas verdades - e inumeráveis mentiras canonizadas em seu nome” (Solón, 2019, p.19).

Essa relação eminentemente contraditória envolve a necessidade de que concepções latino-americanas “assumam também lugar e papel na subversão epistêmica/teórica/histórica/estética/ética/política deste padrão de poder em crise” (Quijano, 20, 2013, p.55), tendo em conta que a América Latina se constituiu como o espaço/tempo original do genocídio colonizador que permitiu via dominação e espoliação o enriquecimento da Europa e sedimentou as bases de surgimento do capitalismo.

2. IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM BARCARENA E ABAETETUBA (PA): UMA AVALIAÇÃO MEDIANTE INDICADORES SOCIAIS DE BEM VIVER

Os processos de discriminação e violência contínua resultantes das ações protagonizadas pela implantação de políticas estatais aliadas ao capital incidem brutalmente sobre os territórios e, conseqüentemente, sobre a vida de povos e comunidades tradicionais na Amazônia, causando intensos impactos socioambientais, como no caso dos municípios de Barcarena e Abaetetuba. Outrossim, como anteriormente mencionado, a matriz de indicadores sociais de bem viver utilizada para se aproximar da realidade expressa nos dois municípios se baseou no sistema de indicadores elaborado por Alcântara e Sampaio (2020) e reorganizado por GESTERRA (2022), o qual busca “uma complementaridade entre aspectos subjetivos, objetivos e intersubjetividade” (Alcântara; Sampaio, 2020, p.78).

Desta forma, pela disponibilidade documental e bibliográfica definiu-se como territórios focos de pesquisa para operacionalização da matriz o quilombo Gibríe de São Lourenço e Território Tradicional Acuí, localizados no município de Barcarena, tal como os quilombos Itacuruçá e Bom Remédio, localizados no município de Abaetetuba.

O quilombo Gibríe de São Lourenço se situa na freguesia de São Francisco Xavier, à margem direita do rio Mucurupi e possui registros históricos da presença do ancestral comum Manoel Joaquim dos Santos no território desde o início do século XIX, além de possuir forte influência indígena e atualmente é composto por aproximadamente 400 famílias (Protocolo de Consulta Quilombolas de Gibríe de São Lourenço, 2018). O Território Tradicional Acuí se localiza às margens dos rios Acuí e Arienga, os registros indicam que os ancestrais das 60 famílias residentes pertencem ao povo indígena Murtigura, os quais viviam na região desde o século XVII (Protocolo de Consulta da Comunidade Tradicional Acuí, 2022).

O quilombo Itacuruçá possui conhecimento de seus antepassados no território desde 1800, localiza-se entre os rios Arapapu e Piquiarana e envolve as comunidades Nossa Sra. de Nazaré (Alto Itacuruçá), Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Baixo Itacuruçá), Nossa Senhora de Nazaré do Pau Podre (Médio Itacuruçá) e uma pequena ilha chamada Ilinha, compondo ao todo cerca de 335 famílias (Protocolo do Território Quilombola Itacuruçá, 2022). O quilombo Bom Remédio está situado na ilha do Urubuéua, às margens do rio Açacu, obtém registros do quilombo desde o século XIX e é composto por aproximadamente 305 famílias (Protocolo de Consulta Território Quilombola Bom Remédio, 2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesta perspectiva, a dimensão específica relativa aos fatores produtivos demonstra que as práticas produtivas de produção alimentar e de obtenção de recursos para reprodução estão envoltas em compreender o território, conforme se destaca no quadro 1.

Quadro 1 - Síntese dos indicadores sociais de Bem Viver relativos aos fatores produtivos nos territórios tradicionais Gibrí de São Lourenço, Acuí, Itacuruçá e Bom Remédio.

B a r c a r e n a	Território Quilombola Gibrí de São Lourenço	Fazem roças, caçam, pescam, gapuam, plantam e colhem frutos como açaí, cupuaçu, abacaxi, manga, banana, mamão, pupunha, patauí e bacaba. Produzem farinha de mandioca, tipiti, abano, painéis e vasilhas de cerâmica.
	Território Tradicional Acuí	Fazem roças, plantam diversificados tipos de frutos, pescam de rede, camboa, gapuia, ferrão, curral e matapi, caçam, produzem carvão e cortam madeira para variadas finalidades.
A b a e t e u b a	Território Quilombola Itacuruçá	Cultivam a terra, manejam açaí, produzem telhas e tijolos, pescam de visor e arpão, colocam matapi, fazem farinha de mandioca, cuidam das plantas e dos animais. As olarias são construídas à beira do rio pela facilidade de embarque do barro, da lenha e escoamento dos produtos produzidos. O cultivo do açaí também é feito à beira do rio (várzea) pela terra ser mais fértil para esse tipo de plantio, já na terra firme (onde a maré não alaga) encontram-se os cultivos de roças com a plantação de mandioca, macaxeira, milho, arroz e gergelim.
	Território Quilombola Bom Remédio	Vivem da agricultura, sobretudo do açaí. Caçam, coletam, gapuam usando o pari (feito da tala do jupatizeiro para fazer cacuri para pescar), fazem tapagem no igarapé e na praia para pescar, além de tirarem cipós para construir matapi, fazer artesanato e coletar palha para cobertura.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Dada as nuances socioterritoriais, a validação das formas de produção e reprodução estão diretamente ligadas aos espaços de participação em que se vinculam. O quilombo Gibrí de São Lourenço é representado pela Associação da Comunidade Quilombola e Indígena Gibrí de São Lourenço (ACOQSIGAL), fundada em 1990. Possuem Título de Legitimação territorial em nome de Manoel Joaquim dos Santos no cartório municipal, o qual é datado de 1838 e fora validado a título de quilombo em 1982 pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em 2016 o território recebeu a certificação da Fundação Cultural Palmares (FCP). O Território Tradicional do Acuí tem por principal entidade representativa a Associação dos Trabalhadores Rurais do Acuí (ATRA). Ambos compõem o Movimento Barcarena Livre, que surgiu em 2016 para se opor aos projetos de avanço capitalista no município.



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em Abaetetuba, grande parte dos quilombos são titulados pelo ITERPA em nome da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), fundada em 2001, como os territórios quilombolas Itacuruçá e Bom Remédio, titulados em 2002 e certificados pela FCP nos anos de 2007 e 2014 respectivamente (Silva, 2021). Os territórios quilombolas fazem parte conjuntamente de entidades estaduais e nacionais, a exemplo da Coordenação das Associações Remanescentes de Quilombo do Estado do Pará - MALUNGU, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ, e da Fundação Cultural Palmares. Bem como, todos os territórios articulam-se ainda em grupos religiosos (católicos, protestantes e umbandistas), grupos de mulheres, de jovens, de futebol e projetos sociais.

Essa capacidade de articulação constitui grandemente a concepção de bem viver e se vincula a centralidade do território e da natureza, por estarem diretamente imbricados, para essas populações, como se demonstra nos quadros-síntese a seguir.

Quadro 2 - Síntese dos indicadores sociais de Bem Viver relativos ao território nos territórios tradicionais Gibrié de São Lourenço, Acuí, Itacuruçá e Bom Remédio.

B ar c ar e n a	Território Quilombola Gibrié de São Lourenço	Reafirmam que a identidade do território é construída a partir de um antepassado em comum, Manoel Joaquim dos Santos, negro alforriado que ao possuir terras permitiu que outras pessoas residissem junto a ele, de forma que suas histórias estão imbricadas com o território e todas as práticas sociais de coletividade.
	Território Tradicional Acuí	O território, a biodiversidade e o modo de viver advém do saber e fazer Murtigura e quilombola que aprendem de geração em geração. Unem-se pelo forte laço de parentesco e vizinhança.
A b a e t e t u b a	Território Quilombola Itacuruçá	Dependem dos recursos naturais para a sobrevivência e a manutenção da cultura. Há diversos espaços comunitários, como casa de farinha, galpões, canoas, rabetas, campo de futebol, etc.
	Território Quilombola Bom Remédio	Dependem da terra, rios e igarapés para reprodução social e simbólico-cultural. Demonstram nunca ter precisado dividir o território pelo fato de reconhecerem que é um bem de todos que ali vivem.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Quadro 3 - Síntese dos indicadores sociais de Bem Viver relativos à natureza nos territórios tradicionais Gibrié de São Lourenço, Acuí, Itacuruçá e Bom Remédio.

B ar c ar e	Território Quilombola Gibrié de São Lourenço	Depois de colher o que plantam na roça, a transformam em sítio de árvores frutíferas e da madeira que é retirada fazem carvão. Protegem os poços dos igarapés onde gapuizam, fazem remanejo nos açazais e quando retiram palhas ou talas das palmeiras utilizam para cobrir casas, fazer vassouras, peneiras, rasas e paneiros. Bem
------------------------------------	---	---



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

n a		com, não cortam o grelo da árvore para que logo produza outras folhas.
	Território Tradicional Acuí	O território é cortado e regado por rios, igarapés e nascentes. Em meio a eles, resistem para poder plantar e cuidar de castanha, piquiá, bacaba, açaí, pupunha, tucumã, miriti, cupuaçu, manga, bacuri e tantas outras que demonstram a importância da diversidade.
A b a e t e t u b a	Território Quilombola Itacuruçá	Possuem nascentes de água doce e lutam para preservá-la. Têm como suas maiores riquezas o rio, árvores, animais, farinha, beiju e plantações diversas como: bacuri, gergelim, piquiá, arroz, cajú, açaí, bacaba, algodão, macaxeira, castanha, hortas, pupunha, tucumã, cacau, café, goiaba, milho, urucum, maxixe, miriti, tucupi, manga, tapioca, coco, mamão, abacaxi, cupuaçu, toranja, dentre outras.
	Território Quilombola Bom Remédio	Há grandes esforços para manter a natureza viva e próspera, afirmam a grandeza que é viver livre em harmonia com as águas, os rios, as florestas, os animais e a terra. Utilizam-se de muitos meios para que a pesca, a caça e o agroextrativismo, sobretudo do açaí que é uma das principais fontes de alimento e renda, não sejam degradadas.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Inversamente à sociobiodiversidade constituída em Barcarena e Abaetetuba, os impactos socioambientais referentes ao território e a natureza são os mais preocupantes, visualizando-se que projetos desenvolvimentistas implantados desconsideram as práticas seculares dessas populações. Nesta conjuntura, com a construção do complexo industrial/urbanístico Albrás/Alunorte em 1977 no município de Barcarena, o quilombo Gibrié de São Lourenço sofreu com a abertura da rodovia PA 481⁹, construção do bairro Laranjal e ocupações desordenadas das famílias que migraram para o município em busca de emprego.

A Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR)¹⁰, responsável pelas ações, não reconhecia o título do quilombo e passou a expulsá-los, de forma que foram veementemente atacados e pauperizados, como informam no Protocolo de Consulta (2017):

E o pior de tudo foi que em seguida, como não conseguiram nos retirar de nosso lugar de origem, a CODEBAR contratou guardas florestais para vigiar as matas do nosso território e impedir que entrássemos para fazer quaisquer atividades. Fomos impedidos por anos de fazer roças, caçar, colher nossos frutos para vender. Se insistíssemos nos ameaçavam de prisão. Devido a isso [...] fomos obrigados a viver na miséria nos alimentando das sobras de comidas que vinham para o lixão construído dentro do nosso território, do outro lado da PA 481, em frente ao bairro do Laranjal. Ou íamos para as portas dos alojamentos para trocar laranjas que tínhamos muitas em nossos quintais por restos de comidas que sobravam do

⁹ A PA-481 intercepta as rodovias PA-151 e PA-483 em sua extremidade sul para maior integração do Estado do Pará, sobremaneira no que se refere à microrregião do Baixo Tocantins.

¹⁰ A CODEBAR fora criada pela Lei nº 6.665, de 3 de julho de 1979, tendo por acionistas o Estado do Pará e o município de Barcarena, sede da Companhia, com participação majoritária da União. Objetivava a administração de obras e serviços de urbanização na área destinada ao assentamento humano de apoio à instalação/funcionamento do complexo da Albras/Alunorte, sendo extinta em junho de 2010 (Brasil, 2010).

almoço dos trabalhadores das empreiteiras. Tanto adultos como crianças, uns iam para o lixão, outros para as portas das empresas e alojamentos pegar sobras de comida. Foram mais de dez anos sobrevivendo nestas condições. Muitas pessoas adoeceram, outras morreram por conta das comidas contaminadas que ingeriram (p.13-15).

Após anos de miséria, o quilombo reconstruiu redes de solidariedade e fortalecimento, mas continua a sofrer com a pressão para venda de terrenos, ocupações desordenadas e titulações concedidas por órgãos públicos a estranhos dentro do território, o que gera intensos conflitos. Destacam que o rio Mucurupi está poluído, o que os obriga a migrar para pescar e encontrar água potável. Ademais, muitos animais foram extintos na região e as espécies que permanecem são mortas por falta de água e/ou vítimas de atropelamento na PA-481.

O território Acuí enfrenta condições de pauperização semelhantes, pois com a chegada do complexo Albras/Alunorte foram apagados do mapa municipal e outras 60 famílias que viviam no território foram desapropriadas na década de 2000 pela Companhia de Desenvolvimento do Pará (CDI)¹¹, violação que se deu apenas com uma indenização irrisória e sem a previsão de um novo lugar para morar. Logo, as famílias desapropriadas foram pauperizadas por falta de condições básicas de sobrevivência.

Dessa forma, desde a instalação do complexo a comunidade perdera 70% da sua área territorial e hoje vive cercada pela poluição diária da multinacional francesa Imerys RCC, comprada em 05 de julho de 2024 pelo grupo estadunidense Flacks, que a renomeou como Artemyn. Assim, ficaram “numa pequena ilha do que restou” (Protocolo de Consulta da Comunidade Tradicional Acuí, 2022, p.6) sob ameaças de novas desapropriações, com arame farpado e vigilantes ao redor. Tal como, cotidianamente são visitados por técnicos da CODEC [antiga CDI], que proíbem de fazer melhorias nas casas, plantar árvores e abrir novas roças.

Nesta perspectiva, os projetos desenvolvimentistas debruçados sobre o município de Barcarena desde o final do século XX impactaram toda a região e incisivamente o município de Abaetetuba pela proximidade. Envolto a essa realidade, o quilombo Itacuruçá pontua que lidam cotidianamente com a poluição do ar, do solo e das águas, assoreamento de igarapés, mortandade de peixes, diminuição de árvores frutíferas e a inserção na rota dos riscos da miséria (Protocolo de Consulta Território Quilombola Itacuruçá, 2019).

¹¹ Criada pela Lei Estadual nº 4.686, de 17 de dezembro de 1976, a CDI fora constituída sob a forma de Sociedade de Economia Mista e no ano de 2015 passou a se denominar Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (CODEC), pelas Leis nº 8.096 e 8.098, de 01 de janeiro, ficando vinculada na estrutura governamental à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia – SEDEME. Tem por finalidade fomentar a industrialização e investimentos produtivos de infraestrutura logística no Estado do Pará (Pará, 2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nas últimas duas décadas o quilombo enfrenta associadamente os impactos da monocultura do dendê, que recebeu incentivos fiscais do governo estadual para se anexar pela facilidade de escoamento que Barcarena representa (Silva, 2021). Os impactos se demonstram mais intensos no Ramal do Itacuruçá, a respeito do qual Ranieri (2016) narra:

No percurso do ramal, percebemos o contraste do verde da floresta com as extensas áreas de pasto e plantação de dendê. As áreas de matas estão sendo derrubadas para dar lugar às plantações de capim e dendê, causando uma visível destruição ambiental e humana. Em conversa com o Sr. Edilson, representante da ARQUIA, a caminho da primeira visita à comunidade em 2015, nos relatou que a associação quilombola vem sofrendo invasões das terras pela empresa de extração de dendê, que busca a todo custo avançar o território por vários meios (p.63-64).

Denuncia-se que as fazendas estão se inserindo nas nascentes dos rios e desmatando ao redor, junto ao despejo de muitos agrotóxicos. Incute-se igualmente a ideia de desemprego, evidenciando que “o sistema de desenvolvimento imposto nega a cultura, nega a forma de [re]produção, que também deve ser vista como uma forma de ‘emprego’” (p.17).

O quilombo Bom Remédio enfrenta o decréscimo da produção de frutas e a contaminação da água, que reduziu a quantidade de peixes e camarões. Há relatos dos moradores mais antigos do Bom Remédio em relação ao projeto Albrás/Alunorte, rememorando que “na década de 80, iam muitos trabalhadores do Açacu trabalhar na implantação da fábrica da Albrás, trabalho pesado, quando passaram a exigir o trabalho com a caneta, todos foram dispensados” (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020, p.13), realidade que desnuda que a população por necessidade, tendo em vista o ataque aos seus modos de vida, tentou vincular-se parcialmente às políticas desenvolvimentistas, mas foram utilizados como força de trabalho precarizada de fácil descarte. Sobre o que relatam:

Esse tal desenvolvimento como vemos em Barcarena, só tem contaminado nossos açazais, poluído os rios e matado os peixes. Apesar de vocês, governos da cidade (Estado e Federal), não nos abastecerem com água limpa, já que poluíram as nossas, e não terem cumprido com a sua obrigação de garantir os nossos direitos ao atendimento digno de saúde e educação, nós existimos e resistimos com a força dos nossos ancestrais (Protocolo de Consulta do Território Quilombola Bom Remédio, 2020, p.10).

Apesar das denúncias em relação aos impactos advindos de Barcarena e outros municípios, agora o capital ameaça adentrar em Abaetetuba, representado mormente no TUP da multinacional Cargill, projetado a apenas 2,3 km do Bom Remédio, e da empresa francesa Louis Dreyfus Company S.A, na fronteira com o município de Ponta de Pedras.

À vista disso, os impactos ao território e natureza incidem sobre todas as dimensões. No que se relaciona a segurança não há segurança pública em nenhuma das comunidades e relatam



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que após a chegada das empresas o número de furtos, assaltos e assassinatos aumentou bruscamente, de maneira que não se sentem seguros nem em casa, pelo fato de que há furtos de pequenos utensílios domésticos, plantações e animais. Estes convivem ainda com o aumento da prostituição, violência sexual, comercialização e consumo de drogas ilícitas, ou seja, a segurança que desfrutavam por viver em espaços baseados na coletividade deu lugar ao medo contínuo de serem as próximas vítimas, principalmente porque não obtém respostas das denúncias feitas à órgãos municipais e estaduais (Silva, 2021).

No que tange à família, visualizada pela permanência dos jovens na comunidade, nota-se que há uma pressão para que estudem e trabalhem de maneira desvinculada das práticas tradicionais, intentando que se vinculem a ideia de desenvolvimento, o que se destaca na falta de equipamentos públicos, nos discursos de representantes públicos e/ou na ausência de políticas públicas que os reconheçam em suas particularidades. No entanto, outros jovens dos territórios têm assumido o protagonismo de articulação político-social e atuam para demonstrar os perigos do apagamento identitário/territorial (Costa; Oliveira, 2019) e a importância da reafirmação das tradições transmitidas pelos mais velhos (Cardoso, 2012).

Essa reafirmação se dá substancialmente por práticas educacionais ensinadas de geração em geração. E, ultimamente, pelo acesso ao ensino superior, especialmente posterior a 2014, quando a Universidade Federal do Pará aderiu ao Processo Seletivo Especial Indígena e Quilombola e de Educação do Campo como parte de suas políticas afirmativas.

Na educação básica os territórios enfrentam a defasagem e o isolamento, mesmo naqueles que conseguiram escolas dentro da comunidade, como Itacuruçá e Bom Remédio. O Acuí lida com estradas precárias por conta do fluxo de caminhões que circulam entre portos, vias e empresas, deixando as crianças sem ter como ir à escola. Nos dois municípios o Projeto Político Pedagógico ignora as particularidades socioterritoriais, com o agravante de professores encaminhados para essas regiões apresentarem relutância em respeitar práticas tradicionais, chegando a realizar atividades sobre a vida dos alunos e vender as informações para as empresas, a fim de facilitar remoções (Costa; Oliveira, 2019). Nesse sentido, lideranças locais perpetraram movimentos para o reconhecimento da importância que advém da sociobiodiversidade e demarcam que valorizar os saberes e práticas que conformam Barcarena e Abaetetuba como municípios da Amazônia trará grandes benefícios.

No quesito saúde a contaminação do ar por gases poluentes, da água por rejeitos químicos fabris e esgoto sanitário sem tratamento expelidos diretamente nos rios contribui para a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ocorrência de variadas doenças, principalmente respiratórias e de pele, o que se intensifica por não haver unidades de saúde para o atendimento da população, ou que entendam os sintomas como consequências de crimes ambientais. Logo, resta a medicina popular natural, expressa na presença de curandeiros/as, parteiras, puxadeiras e remédios caseiros, como garrafadas, banhos, defumações, ventosas, emplastos, banhas de animais e óleos para fricção para dar suporte à população, sendo constitutiva do bem viver como “uma medicina própria, vinculada ao território, à história e à ancestralidade dos sujeitos que ali vivem” (Torres; *et al.*, 2021, p. 125).

Isto posto, destaca-se que em meio a intensas violações de direitos é o pertencimento que permeia os saberes e práticas tradicionais que faz com que essas populações resistam e continuem na luta contra a pauperização de suas vidas, (re) construindo dia após dia o que é ser uma comunidade tradicional em Barcarena, apesar de décadas de ataque, e Abaetetuba, embora o capital se aproxime continuamente.

Afinal, conforme frisa Teixeira (2008), os trabalhadores na Amazônia seriam no máximo típicos, mas não pobres. No entanto, o movimento do capital os torna miseráveis e os joga na vala comum dos desvalidos que vão engrossar o contingente populacional das sedes municipais, tendo em vista que se retira a base onde se assenta as condições de produção e reprodução social dentro de seus territórios e os leva a parar na sala de profissionais que não estão instrumentalizados para compreender como se delinea a expropriação de municípios amazônidas.

Ou seja, essas populações são deliberadamente expulsas de seus territórios sem que tenham minimamente políticas públicas de mitigação aos impactos a que são submetidos por projetos desenvolvimentistas, elucidando como o racismo e tantas outras estruturas de poder fazem parte da formação do próprio Estado enquanto instituição burguesa patenteadora de relações econômicas, políticas e jurídicas beneficiadoras do “sujeito padrão” (Almeida, 2019). Isto é, fomenta, respalda e abre espaço para que políticas neocoloniais avancem em nome de melhorar os indicadores sociais de bem-estar “levando o desenvolvimento”, o que tem ocultado indicadores de bem viver.

Portanto, o bem viver desses povos deve pautar a elaboração e implementação de políticas públicas, enfocando-se o que se discutiu no encontro da Frente de Defesa dos Territórios, espaço em que lideranças dos territórios tradicionais aqui abordados elucidaram como projetos desenvolvimentistas destroem as referências e os modos de vida ao apropriarem-se dos

territórios, os fazendo vivenciar a disputa para a defesa dos projetos de vida que afirmam o bem viver contra os projetos colonial-capitalistas de morte à diversidade socioterritorial.

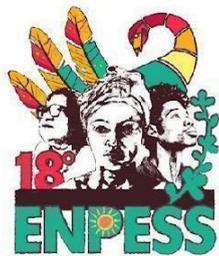
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliar e refletir mediante indicadores sociais de bem viver acerca de impactos socioambientais perpetrados em territórios tradicionalmente ocupados de Barcarena e Abaetetuba demonstra a importância de compreender as particularidades sócio-históricas, políticas e econômicas de municípios amazônidas. Afinal, tendo por justificativa melhorar indicadores de bem-estar, projetos desenvolvimentistas implantados têm trazido junto à anexação capitalista afetações brutais sobre direitos básicos da população.

Neste contexto, há décadas a ofensiva capitalista é fomentada para os dois municípios por políticas, planos, companhias, programas e tantas outras táticas de entrega dos territórios para produção e circulação de produtos numa escala global, deixando de visibilizar que a riqueza natural agora apropriada de maneira privada fora constituída e gerida por comunidades como Gibríe de São Lourenço, Acuí, Itacuruçá e Bom Remédio, que conformam a sociobiodiversidade barcarenense, abaetetubense e, conseqüentemente, amazônida. A qual, com o aval do Estado, o capital tenta expropriar ao estimular a contínua abstração civilizatória que suprime a diversidade e nega a pluralidade das formas de vida.

Assim, é de fundamental relevância depreender que indicadores sociais convencionais baseiam políticas públicas e, embora tenham sido aprimorados assumindo um viés cada vez mais democrático, ainda são vinculados à ideia de acesso ao bem-estar pelo consumo capitalista, o qual tem expropriado pessoas que vivem do saber e fazer de seus territórios ao ponto de passarem a ser acometidas com doenças decorrentes da poluição, terem filhos/as transformados em mais um número da violência e não dispor nem do que comer, tudo sem uma política pública de mitigação da realidade a que foram expostos/as.

Deste modo, indicadores sociais de bem viver surgem como possibilidade de evidenciar que povos e comunidades tradicionais não são “atrasados” ou “necessitados de desenvolvimento”, mas sim populações que têm fundamentado bases de conhecimento próprias, apesar do projeto societário de expropriação que se apresenta. Por isso, resistem enquanto demarcam a urgência de agregar na construção de uma nova ordem societária, livre de toda forma de opressão e na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

qual classe, raça/etnia, gênero e outros marcadores sociais não sejam determinantes da experiência humana.

REFERÊNCIAS

ABAETETUBA. Lei nº 486 de 21 de dezembro de 2016. Altera a Lei Municipal nº 222 de 10 de outubro de 2006 que institui o Plano Diretor do Município de Abaetetuba e dá outras providências. **Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará**: edição 1636. 26 dez. 2016.

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 53, p. 78-101, jan./jun. 2020.

ALMEIDA, S. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2019

BARCARENA. Lei nº 49 de 17 de outubro de 2016. Aprova a Política de Gestão e Desenvolvimento Territorial e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barcarena - PDDU e revoga a Lei Complementar Municipal nº 23/2006. **Federação das Associações de Municípios do Pará**: nº 1597. 29 ago. 2016

BRASIL. **Decreto nº 6.040/2007**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidente da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 17 fev. 2023

CARDOSO, M. B. da C. **Saberes ribeirinhos quilombolas e sua relação com a educação de jovens e adultos Abaetetuba/PA**. 86 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012

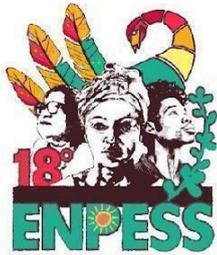
CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração, sulamericana. **Caderno CRH**, v23. n.64, p.45-61, 2012

CUNHA, E. V. da; SOUSA, W. J. de. O Bem Viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. **Revista Katálysis**, v. 26, n. 2, p. 321-332, maio/ago. 2023

DOURADO, P. N. O paradigma do Bem-Viver: Do desenvolvimento alternativo à alternativas de desenvolvimento. **Revista Contraponto**, v.6, n.2, p.43-53, 2019.

FIALHO NASCIMENTO, N. S.; CRUZ, S. H. R.; COSTA, S. M. G.; NOVAES, J. S; ROCHA DE SÁ, M. E. **Grandes projetos de desenvolvimento e lutas sociais na Amazônia brasileira**. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015

JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36(1):51-72, jan./fev. 2002



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

SILVA, M. N. **Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, instrumento de fortalecimento, resistência e defesa de territórios dos povos e comunidades tradicionais: um estudo a partir da Comunidade Quilombola Bom Remédio**. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social, Belém, 2021

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia**: Encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017

Protocolo de Consulta Comunidade Tradicional Acuí. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2022. Disponível em:<<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-livre-e-informada-d-a-comunidade-tradicional-acui-2022/>>. Acesso em: 01 fev. 2023

Protocolo de Consulta Quilombolas de Gibrié de São Lourenço. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2018. Disponível em:<<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-previa-livre-informada-e-de-consentimento-comunidade-quilombola-gibrie-de-sao-lourenco/>>. Acesso em: 01 fev. 2023

Protocolo de Consulta – Território Quilombola Bom Remédio. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2020. Disponível em:<<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-de-consulta-territorio-quilombola-bom-remedio/>>. Acesso em: 01 fev. 2023

Protocolo do Território Quilombola Itacuruçá – Ilhas de Abaetetuba. **Observatório Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado**, 2022. Disponível em:<<https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-do-territorio-quilombola-do-rio-itacuruca-alto-ilhas-de-abaetetuba/>>. Acesso em: 01 fev. 2023

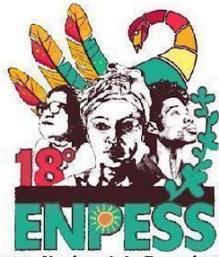
QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005

_____. “Bem Viver”: Entre o “Desenvolvimento” e a “Des/colonialidade” do Poder. **Revista de Direito da UFG**, v. 37, n. 1, p. 46-57, jan./jun., 2013

RANIERI, C. C. Q. **Educação e Resistência em Abaetetuba: Memória de Luta na Afirmação e Valorização da Identidade de Quilombo**. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PGGEDUC), Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará, 2016

SOLÓN, P. Alternativas sistêmicas: **Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. Tradução: João Peres. São Paulo: Elefante, 2019

TEIXEIRA, J. B. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n.21, p.141-152, 2008



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

TORRES, P.; SANTANA, F.; PEREIRA, T. R.; SILVA, A.; LOBATO, F.; RAVENA-CAÑETE, V. Uso de Plantas Medicinais na Comunidade Quilombola do Baixo Itacuruçá (PA): Saberes para enfrentamento da COVID-19. **NUMA/UFPA**, p. 103-128, 2022